



Aula Pública:

O Direito do Trabalho e a Terceirização: Por que dizemos não ao PL 4330?

Atividade comemorativa do Dia do Trabalhador

30 de abril - quinta-feira

17h às 19h30

Largo do Caco - Rua Moncorvo Filho 08

www.adufrj.org.br

AduFRJ

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

SEÇÃO SINDICAL



Andes-SN • Ano XIV nº 884b • 27 de abril de 2015 • Central Sindical e Popular - Conlutas

Silvana Sá - 26/02/2015

Desagravo

Solidariedade à professora atacada por colunista da mídia corporativa.

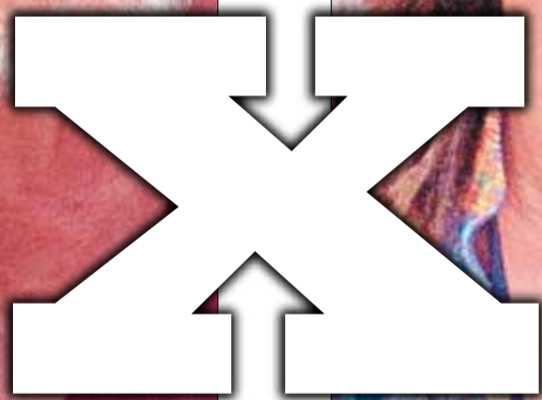
Página 5



SUCCESSÃO NA UFRJ



Fotos: Marco Fernandes - 07/04/2015



2º turno: os planos de Leher e Denise

Roberto Leher e Denise de Carvalho expõem a estratégia adotada por cada um para vencer o 2º turno da consulta que indicará o reitor da UFRJ, nos dias 4, 5 e 6 de maio. Nesta segunda-feira, 27, o grupo liderado por Ângela Rocha, que ficou de fora da disputa, irá anunciar sua posição sobre o pleito. **Página 7**

A luta pelos direitos humanos na América do Sul

Página 12

PAUTA UNIFICADA

Governo abre negociação com servidores

Representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF) foram recebidos pelo Secretário do Trabalho do MPOG, Sérgio Mendonça. O encontro marcou abertura de negociação com base na pauta unificada que inclui reajuste salarial de 27,3%. A próxima reunião está agendada para 14 de maio. "Tivemos uma avaliação positiva", disse Paulo Rizzo, do Andes-SN.

Página 3

Câmara aprova

PL 4.330 **Página 4**

STF: brecha para

terceirizar professor **Página 4**



Marco Fernandes - 26/02/2015

Terezinha Costa

NA UFRJ

Qualitécnica dá aviso prévio à funcionária que organiza a mobilização da categoria.

Página 3

SEGUNDA PÁGINA

Mobilização continua como palavra de ordem

AG da Adufrj-SSind quer articular reivindicações locais e nacionais

A Assembleia Geral da Adufrj-SSind do último dia 17 reafirmou a necessidade de que as próximas semanas sejam de mobilização: o objetivo é construir uma pauta local articulada com as reivindicações nacionais dos servidores públicos federais. Com destaque especial contra o PL das terceirizações e as Medidas Provisórias 664 e 665, que restringem direitos trabalhistas e previdenciários. Também deverão ser objeto de avaliação, neste período, os resultados da reunião entre os SPF e o Ministério do Planejamento (MPOG) deste dia 23, em Brasília (DF) (leia mais na página 3). Será indicada ao Andes-SN a realização de um novo Setor das IFES (há um encontro nestes dias 25 e 26) para maio, com

o objetivo de discutir uma possível greve do funcionalismo e dos docentes federais.

Delegações aprovadas

A AG aprovou, ainda, a delegação para o Conad Extraordinário do Andes-SN, marcado para Brasília (DF), nos dias 2 e 3 de maio: Cláudio Ribeiro (delegado); Luciana Boiteux; Cleusa Santos; Regina Pugliese; Romildo Bomfim; Luciano Coutinho; Sara Granemann; Cristina Miranda, Maria Malta e Vera Salim (observadores). Para o II Congresso da CSP-

Conlutas, em junho, na cidade de Sumaré (SP), foram escolhidos: Sara Granemann; Maria Malta, Cristina Miranda; Cláudio Ribeiro; Cleusa Santos; e Luciano Coutinho (delegados); Eunice Bomfim; Eduardo Serra; Vera Salim; Roberto Leher; Elidio Borges; Regina Pugliese; Mariana Trotta (como observadores).

Será chamada uma atividade para debater o Caderno de Textos do Conad Extraordinário.

Nota de solidariedade

Foi aprovada, por unani-

midade, uma nota de apoio à professora Mariana Trotta, injustamente atacada por colunista da mídia corporativa (leia mais na página 5).

Sobre os 26,05%

Diante de algumas questões feitas na assembleia, a diretoria da Seção Sindical reforçou que todos os professores notificados pela Pró-reitoria de Pessoal ao longo do processo de revisão do cálculo dos 26,05% (Plano Verão) devem entrar em contato com a Adufrj-SSind. A assessoria jurídica fará defesa individual de todos os sindicalizados.

Plantões Jurídicos da Adufrj-SSind também às sextas-feiras

A partir de agora, os plantões jurídicos da Adufrj-SSind passam a ser oferecidos, além das quartas-feiras (de 13h às 16h), também às sextas-feiras (só que de 15 em 15 dias, de 10h às 13h). Em maio, o novo atendimento ocorrerá nos dias 8 e 22.

Por conta dos feriados de

Tiradentes (21/4) e de São Jorge (23/4), houve recesso do atendimento. Em função disso, um plantão excepcional vai acontecer na terça-feira, dia 28 (no mesmo horário, de 10h às 13h).

Para agendar um horário nos plantões, é só ligar para os números: 3884-0701, 2260-6368 ou 2230-2389.

GTPE reúne-se no dia 27

Está marcada reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Adufrj-SSind para este dia 27/04 (segunda-feira), das 9h às 11h, na Sala de Convivência da Escola de Serviço Social, campus da Praia Vermelha. As reuniões dos Grupos de Trabalho da entidade são abertas a todos os professores sindicalizados.

Kelvin Melo - 16/04/2015

Novo outdoor da Adufrj-SSind é contra a terceirização

O mais novo outdoor da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind) entra na campanha contra o Projeto de Lei nº 4.330/04, que amplia a terceirização no país. Instalado ao lado da ex-casa de espetáculos Canecão, na zona sul carioca, o painel também exige a revogação das Medidas Provisórias 664 e 665, que restringem direitos trabalhistas e previdenciários.



Exposição de Paleoarte

O Museu Nacional/UFRJ abriu ao público, no último dia 16, a exposição temporária Arte com Dinossauros. Desde as primeiras descobertas da Paleontologia, os pesquisadores sempre quiseram saber como seria a aparência em vida dos animais e plantas encontrados fossilizados nas rochas. Com esse objetivo convidaram ilustradores e escultores que, com seus talentos, passaram a ajudar os paleontólogos a entender como era a possível aparência da vida em nosso planeta há milhões de anos. Assim foi criada a Arte Paleontológica ou Paleoarte.

A mostra estará aberta ao público até 19 de julho. O Museu Nacional/UFRJ fica na Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, e funciona de terça a domingo das 10h às 17h, e às segundas, das 12h às 17h.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda **Escola de Serviço Social** Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Paternostro **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Antônio José Barbosa de Oliveira **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecilia Campello do Amaral Mello **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Onoli Parreiras **Escola de Belas Artes** Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues **Faculdade de Letras** Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira **Escola de Educação Física e Desportos** Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcy de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho **Coppe** Vera Maria Martins Salim **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira **Estagiários** Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su **Tecnologia da Informação** Renato Souza **Tiragem** 4.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Cadernos Adufrj:** revista@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CAMPANHA SALARIAL



Fotos: Andes-SN - 23/04/2015

Representantes dos servidores federais querem respostas efetivas do governo; Sérgio Mendonça (à dir.), do outro lado da negociação, diz que não é bem assim

Começa a negociação

Entidades sindicais buscam resultados concretos antes de agosto; governo reafirma discurso de ajuste fiscal

Próximo encontro está marcado para 14 de maio

Representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF) reuniram-se dia 23 com o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT/MPOG), Sérgio Mendonça, para a primeira negociação do ano. A base do encontro foi a pauta unificada dos SPF, protocolada em fevereiro pelo Fórum.

Foram tratadas a metodologia da negociação e a definição dos itens da próxima reunião, agendada para o dia 14 de maio. “Tivemos uma avaliação positiva desta primeira mesa. A intenção inicial do governo era marcar a próxima reunião só no final do mês de maio e fazer apenas três rodadas de negociação. Dissemos que isso

é inaceitável, pois não permite tempo para negociar, e conseguimos antecipar a próxima reunião para 14 de maio, com uma pauta específica já definida”, explica Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN.

Rizzo conta que, já na próxima rodada com os representantes da SRT/MPOG, serão discutidos algumas pautas históricas da categoria: a data-base dos servidores federais, os direitos de negociação coletiva, direito de greve, a regulamentação da convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a liberação de dirigentes para o exercício do mandato sindical. Além disso, será tratado também um dos itens da pauta econômica – os benefícios, que, segundo ele, são considerados verba de custeio e não dependem da disposição orçamentária para despesa com pessoal, argumento usado pelo governo para limitar a negociação dos demais pontos. Conforme Rizzo, o MPOG manteve na mesa o discurso de ajuste fiscal e

contingenciamento de despesas.

Governo quer empurrar a negociação com a barriga

De acordo com Sérgio Mendonça, os processos de negociação estão condicionados à aprovação do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2016, cujo limite para apresentação ao Congresso Nacional é 31 de agosto deste ano, e ao espaço orçamentário para despesas com pessoal.

Segundo o secretário, o espaço orçamentário depende de como serão aprovadas, ou não, ou modificadas as medidas provisórias 664 e 665, que retiram direitos dos trabalhadores, o projeto de lei para diminuir a desoneração da folha para alguns setores da indústria e outras pautas que estão em tramitação no Congresso. Mendonça citou como exemplo ainda o

decreto de contingenciamento, que deve ser publicado no prazo de 30 dias, e que deverá suspender os concursos públicos.

O presidente do Andes-SN lembra que este é um jogo político estratégico por parte do governo, já evidenciado nos anos anteriores, de dificultar o processo, deixando a definição para as vésperas de mandar o PLOA ao Congresso Nacional, o que emperra a negociação efetiva e condiciona o processo aos limites impostos pelos prazos legais. “É isso que nós, servidores, não podemos aceitar, pois as negociações têm que começar logo e serem resolvidas antes de agosto, sem o que, o governo vai nos empurrar o que ele quer”, avaliou. Segundo o presidente do Andes-SN, a unidade dos servidores se expressou nessa primeira mesa, o que possibilitou pressionar pela alteração novamente do calendário pretendido pelo Ministério do Planejamento. “No entanto, para que as negocia-

ções de fato venham a ocorrer, vai ser necessário manter a unidade e ampliar a mobilização, pois o discurso do governo é ajuste fiscal, com medidas de contingenciamento de despesas, e, por isso vai ser necessário ter uma grande pressão dos servidores”, reforçou.

Dia 14 de maio terá ato nacional dos SPF

Paulo Rizzo lembra que a próxima reunião com o governo, no dia 14 de maio, será marcada por um ato nacional dos servidores federais em Brasília, conforme aprovado ao final da Jornada de Lutas realizada no início de abril. Após a rodada de negociação, o Fórum dos SPF irá realizar nova reunião ampliada para avaliação e definição das próximas ações. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

UFRJ

Uma amostra do que significa a terceirização...

Qualitécnica, sem explicações, pretende demitir funcionária ativa nas mobilizações por salários

Associação dos terceirizados da UFRJ será fundada dia 29

Nesta sexta-feira, dia 24, Terezinha da Costa foi chamada ao escritório da empresa terceirizada Qualitécnica, responsável por serviços de limpeza na UFRJ, e recebeu o aviso prévio. Como não houve explicação sobre a causa da demissão, ela entende que o motivo é perseguição política.

Terezinha teve papel de destaque durante a paralisação dos terceirizados no final de fevereiro, quando a universidade precisou adiar suas aulas. Depois, foi atuante nas mobilizações pela regularização dos salários e contra os descontos na folha de pagamento. Também denunciou tentativas de assédio moral e más condições de trabalho dos servidores.

“Não me pegou de surpresa. Quando me chamaram para ir até o escritório em Bonsucesso, foi a primeira coisa que me passou pela cabeça (a demissão). É o

método deles de pressionar, porque eles acham que fazendo isso comigo, eles vão acabar com a mobilização. Mas a gente não vai recuar e eu vou continuar ajudando”, enfatiza Terezinha.

Ela se recusou a assinar o aviso e vai se organizar junto aos colegas para reverter sua demissão. Terezinha ainda possui parte do salário atrasado, com descontos no ticket-alimentação e no vale-transporte desde janeiro. Não foi informada se haverá regularização do pagamento antes de cumprir o aviso prévio.

Associação de Trabalhadores Terceirizados da UFRJ

Nesta quarta-feira, dia 29, haverá uma assembleia, com convite às entidades sindicais e ao movimento estudantil, para fundar uma Associação de Trabalhadores Terceirizados da UFRJ. A iniciativa dos próprios terceirizados tem por objetivo fortalecer a organização dos trabalhadores e evitar que as empresas possam perseguir um

ou outro nome à frente das mobilizações, assim como está ocorrendo com Terezinha.

Durante um Conselho realizado em 5 de março, foi firmado o compromisso que Qualitécnica não poderia transferir os servidores mobilizados e nem descontar os dias de paralisação dos salários. A decisão não foi cumprida e sucessivas

denúncias de assédio moral agravaram ainda mais o quadro de retirada de direitos dos funcionários. “O objetivo da Associação é mediar também as discussões com a reitoria, que pouco nos ouve, é dar respaldo aos servidores e aumentar a nossa reivindicação por direitos”, afirmou um dos terceirizados que organiza a associação.

PAÍS

Supremo abre brecha para terceirizar serviço público

Decisão do STF permite contratação de professores federais por Organização Social

Possibilidade havia sido excluída do PL 4.330

No dia 16, o Supremo Tribunal Federal resgatou e votou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1923, contrária às normas que regulamentam as organizações sociais. O STF decidiu pela validade da prestação, pelas chamadas “OS”, de serviços públicos de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação ao meio ambiente, cultura e saúde.

A ADI 1923 questionava a legalidade da Lei 9.637/98, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e a criação do Programa Nacional de Publicização, bem como o inciso XXIV, artigo 24, da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações). A ação foi ajuizada há mais de 15 anos e sua votação havia sido suspensa em maio de 2011, com pedido de vistas do processo pelo ministro Marco Aurélio.

Na sessão plenária do dia 16, o STF considerou a validade parcial da Adin apenas no que se refere às leis de licitações, dando interpretação constitucional às normas que dispensam licitação em celebração de contratos de gestão firmados entre o Poder Público e as OS. O ministro Luiz Fux emitiu o voto que foi seguido pela maioria.

Em seu pronunciamento, Fux ressalta que “em outros termos, a Constituição não exige que o Poder Público atue, nesses campos, exclusivamente de forma direta. Pelo contrário, o texto constitucional é expresso em afirmar que será válida a atuação indireta, através do fomento, como o faz com setores particularmente sensíveis como saúde e educação, mas que se estende por identidade de razões a todos os serviços sociais”.

O ministro destaca também que “cabe aos agentes democraticamente eleitos a definição da proporção entre a atuação direta e a indireta, desde que, por qualquer modo, o resultado constitucionalmente fixado – a prestação dos serviços sociais – seja alcançado. Daí porque não há inconstitucionalidade na opção, manifestada pela Lei das OS, publicada em março

de 1998, e posteriormente reiterada com a edição, em maio de 1999, da Lei nº 9.790/99, que trata das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, pelo foco no fomento para o atingimento de determinados deveres estatais.”

No tocante à contratação de

trabalhadores pelas OS para a prestação de serviços públicos, Fux enfatiza que “o que há de se exigir é a observância de impessoalidade e de objetividade na seleção de pessoal, conforme regulamento próprio, mas não a submissão ao procedimento formal do concurso público”

Avaliação

Para Claudia March, secretária geral do Andes-SN, a decisão é muito preocupante e representa um ataque direto àqueles que lutam contra a precarização das condições de trabalho e em defesa dos serviços públicos de qualidade. Segundo ela, trata-se de

dar continuidade à contrarreforma do Estado, iniciada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, sob a tutela do então ministro Bresser Pereira.

Logo após a aprovação daquela lei, o serviço público sofreu uma grande expansão das contratações via OS, fundamentalmente no Sistema Único de Saúde, mas com casos também em outras áreas. De acordo com a secretária-geral do Andes-SN, a experiência de mais de uma década mostra que, ao contrário do que alegam os defensores da contrarreforma, esse modelo de gestão é mais oneroso à União, aprofunda a precarização dos serviços públicos e abre espaço para a corrupção, com o superfaturamento e desvio de verbas. Os exemplos, vistos especialmente na saúde pública, apontam, ainda, numa piora à assistência ao usuário do serviço público, com uma alta rotatividade dos usuários nos hospitais para ampliar a ‘produtividade’, fragmentação dos serviços, precarização e intensificação do trabalho.

Presidente da Capes já adiantou intenção do governo

No caso da Educação Pública, a decisão do STF aparece poucos meses após a declaração do então presidente da Capes, Jorge Almeida Guimarães, que o Executivo Federal pretendia adotar uma organização social para a contratação de docentes sem concurso público.

Claudia March pondera que não foi por acaso que a Ação Direta de Inconstitucionalidade foi votada nesse momento. “Na mesma semana em que o Congresso está discutindo a flexibilização dos direitos dos trabalhadores do setor público e privado e em que conseguimos retirar do PL 4330 a possibilidade da terceirização da atividade-fim na administração pública, uma alternativa se constrói para consolidar isso. O STF viabiliza a constitucionalidade de uma Lei que estava sendo questionada desde 1998. Isso não é por acaso”, destaca.

A diretora afirma que a Assessoria Jurídica Nacional da entidade já estuda o conteúdo da decisão e dos votos dos ministros para emitir um parecer detalhado da votação, o que irá subsidiar as discussões e a reação do movimento. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)



A criação de organizações sociais já é combatida há bastante tempo na área da Saúde

Trabalho (mais) precarizado

Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 23, projeto de lei que aprofunda a terceirização no país

PL agora tramita no Senado

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 23 o texto modificado do Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, que legaliza a terceirização de todas as áreas de trabalho na iniciativa privada, tanto para atividade-meio quanto fim. Agora, o PL passa ao Senado Federal. Caso seja modificado, volta à Câmara. Se não sofrer mudanças, vai direto ao Palácio do Planalto, para sanção da presidente Dilma Rousseff.

Entre as alterações apro-

vadas na sessão plenária, está uma emenda aglutinativa que retira ainda mais direitos dos trabalhadores. Uma mudança diminui de 24 para 12 meses o tempo mínimo que a empresa precisa esperar para recontratar como terceirizado o mesmo trabalhador demitido. Outra retira a necessidade de se observar os respectivos acordos e convenções coletivas de trabalho para os terceirizados.

Outra modificação feita pela emenda diminui o recolhimento antecipado do Imposto de Renda na fonte de 1,5% para 1% para empresas de terceirização dos serviços de limpeza, conservação, segurança e vigi-

lância. Também foi aprovado o texto que torna solidária a responsabilidade da contratante em relação às obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas pela contratada.

Alexandre Galvão, 3º secretário e um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS) do Andes-SN, critica a terceirização. “O PL é um dos maiores ataques à classe trabalhadora, senão o maior, desde a década de 30”, afirma o docente. Para Galvão, é necessário que a mobilização seja maior para mostrar aos senadores a posição contrária à terceirização. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

ONDA CONSERVADORA

Colunista difama professora

Em blog da revista Veja, Rodrigo Constantino critica aulas com palestras de movimentos sociais. Atacada, Mariana Trotta, que leciona Direito na PUC-RJ e na UFRJ, defende formação com responsabilidade

Ela recebeu a solidariedade de colegas, advogados e juízes

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

O conservadorismo da revista Veja está quebrando todos os records. A vítima da vez foi a professora Mariana Trotta, que leciona Direito na UFRJ e PUC-RJ. Em 8 de abril, Rodrigo Constantino, um dos colunistas da publicação, lançou o texto intitulado “Doutrinação ideológica na PUC-Rio: professora troca sala de aula por monólogo de feministas e MST”.

Na ocasião, o colunista, que se apresenta como presidente do Instituto Liberal, supostamente, deu voz ao “desabafo” de um aluno de 18 anos do curso de Sociologia do Direito/Administração da Justiça da PUC-RJ. O rapaz estaria indignado com a participação de “movimentos feministas, negros, homossexuais, transexuais, entre outros do gênero”, além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nas aulas.

Em tom agressivo, Constantino questionou a competência profissional de Mariana em espaço de alta audiência sem, contudo, ter dirigido um telefonema à professora para esclarecimentos. “Em momento nenhum me procuraram para conversar, nem ouviram qualquer outro estudante ou professor. Ou seja, simplesmente, pegaram uma visão que os interessava para construir um factóide conveniente a seus projetos de sociedade e de universidade”, relatou Trotta. “Nesse caso concreto, percebemos como tem sido perversa a atuação de uma mídia irresponsável. Colocaram meu nome, minha imagem, com uma manchete supersensacionalista de ‘doutrinação ideológica’”, criticou.

Participação consta da ementa do curso

O episódio estremeceu a professora. De acordo com ela, a participação dos atores sociais citados não apenas consta da ementa do curso, como está “completamente integrada a projetos de pesquisa e de extensão, com bolsas PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), tanto na PUC quanto na UFRJ”: “Fazemos uma discussão sobre o papel das lutas sociais e políticas na produção do Direito. E também sobre a forma como o sistema de justiça atua frente às



Silvana Sá - 26/02/2015

Para Trotta, a raiz da virulência com que foi tratada pelo colunista está na intolerância à divergência política

demandas dos movimentos sociais”, observou.

Ao contrário do que faz supor a “denúncia” do blogueiro da Veja, a pasta de Trotta não traz mais Marx do que outros conhecidos nomes da Sociologia como Weber ou Durkheim. E entre os autores contemporâneos, escolhidos para “interface com os clássicos”, figuram nomes como Sérgio Adorno, Luiz Eduardo Figueira, José Geraldo de Sousa Junior, Boaventura de Sousa Santos, Bourdieu etc. Um quadro “bastante plural”, bem distante da radicalidade insinuada.

Para Trotta, a raiz da virulência com que foi tratada pelo colunista está na intolerância à divergência política. “O que defendemos é uma universidade que seja socialmente referenciada, que responda às grandes questões colocadas pela sociedade, inclusive, pelos movimentos sociais”, afirmou. Como exemplo, citou a experiência de trabalho de campo com os estudantes, na temática agrária. “Na Constituinte, ficou previsto que juízes devem ir ao local do conflito agrário para visualizar e compreender aquela realidade”, explicou, para que julgamento não se baseasse apenas em argumentações.

Em jogo, a formação com responsabilidade

Em sua visão, ter responsabilidade com a formação de profissionais do Direito também significa propiciar conhecimento além do que se vê nos meios de comunicação. “Efetivamente, a Sociologia é uma disciplina que tem como pressuposto a desconstrução de um senso comum, pautado em uma visão ideológica, em grande medida, de reprodução do discurso midiático”, disse. Para Trotta, a disciplina “incomoda” porque pode vir a tirar as pessoas, particularmente jovens, da sua “zona de conforto”. E a preocupação em manter o diálogo aberto é uma constante “em especial, quando são temas polêmicos ainda hoje na sociedade brasileira”, afirmou. “O aluno pode manter ou mudar de opinião. Mas isso também precisa ter suporte em leitura de autores, em pesquisa, e ouvindo diferentes atores”.

Liberalismo ou patrulhamento?

Trotta questionou, ainda, o limite da liberdade de expressão e pluralidade de pensamento, pretensamente contido, no artigo da Veja. “Na universi-

dade, há uma universalidade. E toda disciplina pode ter os mais diversos enfoques”, observou, “mas eu nunca vi uma revista questionando, por exemplo, se um professor do Direito Empresarial debate ou não a função social da empresa, tal como o Código Civil estabelece”.

A docente relata que, por ora, não pretende acionar o colunista na Justiça. “Acredito ser uma coisa para tratar acadêmica e politicamente”, disse. Para sua decisão, pesou o apoio dos colegas, uma carta com mais de 60 assinaturas entre professores, advogados e juízes. Se a ideia do blogueiro era prejudicar profissionalmente a docente e advogada, o tiro saiu pela culatra. “Ficaram todos muito solidários e indignados”, contou.

Denúncia de quem?

Na publicação do blog, não consta a identificação do aluno “reclamante”. A única informação é que seria um jovem de 18 anos. A professora confirmou que a composição da turma é “muito nova”. No entanto, em um trecho da carta anônima, lê-se: “É preciso dar um basta nessa situação: nossas crianças e jovens não merecem e não devem ter influências partidárias”. A escrita causa

Assembleia da Adufrj-SSind aprova nota de solidariedade à professora

Assim que soube do ataque sofrido pela professora Mariana Trotta, a diretoria da Adufrj-SSind entrou em contato para lhe oferecer apoio, além de espaço nesta edição para contar seu ponto de vista da história. Também levou à Assembleia Geral do último dia 17 a seguinte proposta de nota, aprovada por unanimidade:

“A Assembleia Geral da Adufrj-SSind, reunida em 17/04/2015 no Auditório da Escola de Serviço Social da UFRJ, declara total apoio à professora Mariana Trotta da Faculdade Nacional de Direito e que também compõe o corpo docente da PUC-Rio. A professora foi vítima de uma campanha difamatória disseminada em meio digital por meio de um blog assinado por colunista de um semanário integrante da mídia corporativa nacional. Consideramos que o ataque realizado a Mariana atinge todo o corpo docente universitário por estimular patrulhamento ideológico às instituições de ensino no intuito de limitar a validade de construção pedagógica apenas àquelas que reforçam o senso comum como forma de apreensão do mundo. As atividades coordenadas pela professora Mariana Trotta, pelo contrário, caracterizam uma necessária abordagem de ensino aprendizagem ao cumprir a tarefa universitária mais fundamental que é trabalhar com autonomia, com crítica e com democracia.

Reforçamos a necessidade de práticas pedagógicas renovadoras na universidade, na direção da construção de um saber que seja público e, ao mesmo tempo, produtor de autonomia e liberdade. Mariana representa estas práticas de maneira exemplar.

Todo apoio à professora Mariana Trotta! Todo repúdio ao patrulhamento ideológico nas instituições de ensino!”

estranhamento: “Não parecia carta de um jovem de 18 anos pela forma que se colocava”, avaliou Trotta. De acordo com a docente, até o momento, nenhum estudante lhe apresentou críticas similares às publicadas no blog.

SUCESSÃO NA UFRJ

SUCESSÃO NA UFRJ

Roberto Leher e Denise de Carvalho disputam segundo turno

Não haverá continuidade de gestão

Silvana Sá
silvana@adufrj.org.br

Roberto Leher (Chapa 20) e Denise de Carvalho (Chapa 30) disputarão o segundo turno da consulta universitária para a reitoria 2015-2019. Os candidatos terão mais alguns dias de campanha antes que a comunidade universitária volte às urnas em 4, 5 e 6 de maio. Na UFRJ, a votação, além de separada por segmentos, é contabilizada de maneira ponderada, em que cada um dos grupos representa 1/3 no somatório final da eleição. Quanto menor o universo, mais força tem a categoria. Assim, o voto docente tem mais peso que os dos técnico-administrativos que, por sua vez, tem prevalência sobre o voto estudantil. Por isso, embora tenha sido a mais votada em números absolutos, a Chapa 20 foi para o segundo turno em segundo lugar na disputa.

A Chapa 30 ficou em primeiro lugar na consulta. Totalizou 5.398 votos, com 1.321 de professores, 1.667 de técnicos-administrativos e 2.410 de estudantes. A Chapa 20, encabeçada por Leher, obteve um total de 8.885 votos, dos quais 713 votos de professores, 1.576 de técnicos-administrativos e 6.596 de estudantes. Angela Rocha recebeu 3.219 votos no total, sendo 931 votos de docentes, 1.048 do segmento técnico-administrativo e 1.240 de estudantes. Em termos já ponderados, a Chapa 10 obteve 12,319% dos votos; a Chapa 20, 15,843% dos votos; e a Chapa 30, 18,560%.

Os números apontam que é preciso um esforço ainda maior para envolver a comunidade universitária no processo. De um universo de 4.078 docentes aptos a votar, compareceram às urnas 3.082. Entre os técnicos, pouco mais da metade compareceu: 4.502 de um total de 8.865. O percentual estudantil é ainda menor: de 53.766 aptos, apenas 10.445 participaram da consulta. Os números incluem votos brancos, nulos e votos em trânsito.

Luciano Coutinho, presidente da Comissão de Coordenação do Processo Sucessório (CPPS), informou que houve um crescimento da participação dos estudantes na consulta: agora foram 19,427% em relação ao total, em comparação com 17% da consulta passada, em 2011, que elegeu Carlos Levi. Em contrapartida, diminuiu a presença de professores e técnicos. Os docentes compareceram em 75,576% e os técnico-administrativos tiveram percentual de participação de 50,637%. Para chegar aos números, a CPPS tem como critérios a consulta paritária, onde os votos de cada um dos segmentos têm o peso de 1/3 e o comparecimento às urnas em relação ao universo total de votantes em cada segmento.

Para o segundo turno, a CPPS pretende realizar mais treinamentos com os mesários: "Para o segundo turno, haverá novos treinamentos. Além disso, pedimos que a comunidade acadêmica se apresente para compor as mesas de votação", destacou o professor.



Votação atraiu pouco mais de 18 mil eleitores de um universo de 66,7 mil pessoas aptas à participação na consulta

Por que segundo turno?

Para que a consulta tivesse sido encerrada no primeiro turno, era necessário que uma das chapas obtivesse mais votos que o somatório da segunda e terceira colocadas, acrescidos os votos brancos e nulos.

A semana do dia 27 de abril está reservada para a campanha eleitoral do segundo turno.

Debates do segundo turno

Nesta segunda-feira, dia 27, acontecerá o primeiro debate do segundo turno. Será realizado na Praia Vermelha, no Auditório Manoel Maurício de Albuquerque,

ao meio-dia. Inicialmente o debate estava programado para acontecer no Salão Pedro Calmon, mas a Comissão de Coordenação do Processo Sucessório (CCPS) foi informada de que o salão está interditado. Por isso, o debate foi transferido para o auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

O segundo debate ocorre no dia 28, também ao meio-dia, no auditório Rodolpho Paulo Rocco (Quinhentão), no Centro de Ciências da Saúde, campus Fundão.

Um terceiro ainda pode ser agendado.

No meio da tarde,

já eram conhecidas as chapas que iriam para o segundo turno, graças à agilidade de apuração com as urnas eletrônicas.

Mas a conferência das cédulas em papel atrasou os resultados finais até o fim da noite de 17 de abril



Marco Fernandes - 17/04/2015

O que pensam os candidatos

Encerrada a apuração, a reportagem do **Jornal da Adufrj** entrou em contato com as candidaturas que continuam na disputa para saber como irão organizar a campanha de segundo turno e o que pretendem fazer para conseguir os votos atribuídos à chapa 10. Confira as respostas:

Qual a sua estratégia para o segundo turno?

Chapa 20: A Chapa 20 foi legitimada por mais de 8 mil votos. Seguiremos buscando compreender os problemas da UFRJ, dialogando sobre as melhores alternativas, trabalhando uma agenda academicamente referenciada. Não reduzimos os enormes problemas da UFRJ a meras falhas de gestão, passíveis de serem resolvidas por "choques de gestão". Estamos propondo mudanças relevantes na administração (melhor articulação entre planejamento e execução financeira, fortalecimento do setor de licitações, assessoria jurídica autônoma) e criação de uma divisão de infraestrutura para valorizar a prefeitura e o Escritório Técnico. Mas os problemas possuem raízes mais profundas, como a insuficiência das verbas para a assistência estudantil, o crescimento exponencial das terceirizações que corroeram os recursos de custeio e a redução dos recursos de investimentos. O dirigente não deve assumir o lugar de mero gestor, mas de reitor investido de autoridade por sua comunidade e que deve

dialogar com os órgãos do Estado para repactuar os recursos disponíveis para as IFES.

Chapa 30: A equipe da Chapa 30 – SOMOSTODOSUFRJ agradece a todos que compareceram às urnas e contribuíram para a nossa vitória neste 1º turno. Cada voto que recebemos nos trouxe ainda mais convicção de que estamos trilhando o caminho certo. Reafirmaremos que o nosso Programa para a UFRJ é o mais aceito pela comunidade. A nossa principal estratégia para o segundo turno será a de reforçar as nossas propostas de resgate acadêmico-administrativo, buscando maior interlocução com os eleitores que compartilham conosco dos mesmos ideais de luta pelo ensino público de qualidade. Traremos mais membros da Comunidade Acadêmica para participarem da consulta neste 2º turno. Nesta conjuntura de crise, é preciso que a Reitoria eleita tenha grande legitimidade diante da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

A que argumentos irá recorrer para atrair os votos dados à chapa que ficou fora da disputa?

Chapa 20: Todos os que acompanharam os debates conhecem nossa posição em relação à Chapa 10. Em nenhum momento concebemos a mesma como uma força antagonista ao projeto de universidade que defendemos. A situação é distinta em relação a outra chapa que está concorrendo conosco no segundo turno. As divergências com a Chapa 10 estavam concentradas no modo como podemos melhorar a organização acadêmica e administrativa da UFRJ, ampliando a participação da comunidade, por meio de um congresso universitário e do processo estatuinte. A perspectiva de que a UFRJ deve ser uma instituição democrática, comprometida com os problemas dos povos e protagonista na melhoria das formas de ingresso, possibilitando a ampliação de estudantes provenientes dos setores mais explorados, por meio de políticas de afirmativas e de novas formas de articulação das universidades com a educação básica nos unifica. As convergências estão sendo construídas

por meio do diálogo que se dá no âmbito de um mesmo campo acadêmico.

Chapa 30: A equipe da chapa 30 atuou como forte apoiadora dos projetos de democratização do acesso, reestruturação da universidade e fortalecimento do ensino público que aconteceram na última década. Formos partícipes deste sonho de universidade mais inclusiva e socialmente referenciada. Lutamos contra as forças conservadoras que elevaram a voz contra as ações afirmativas, o Reuni e os novos cursos e campi. A Universidade precisa avançar e esses ideais progressistas são compartilhados entre a chapa 30 e a chapa que ficou fora da disputa. Divergimos no modelo de administração subserviente da UFRJ e pretendemos resgatar o seu protagonismo nacional. Temos no 2º turno uma disputa entre dois modelos de universidade muito diferentes. O modelo que defendemos se baseia na formação do cidadão crítico e competente.

Consulta para a reitoria da UFRJ continua nos dias 4, 5 e 6 de maio. Colégio Eleitoral forma as listas tríplexes em 8 de maio. Resultado será enviado ao MEC

Chapa 10 vai se pronunciar sobre segundo turno nesta segunda, 27
A professora Angela Rocha foi procurada pela reportagem para fazer uma avaliação sobre o processo eleitoral e comentar se sua chapa, que ficou fora da disputa do segundo turno, apoiará alguma das candidaturas. Ela informou que nesta segunda-feira, 27, haverá uma reunião da Chapa 10 (encabeçada por ela) e, logo após, será feito um pronunciamento oficial.

TOTAL GERAL							
Categoria	Número de votos						Total de eleitores
	Chapa 10	Chapa 20	Chapa 30	Branco	Nulos	Total	
Docentes	931	713	1.321	43	74	3.082	4.078
Técnicos-administrativos	1.048	1.576	1.667	44	167	4.502	8.865
Estudantes	1.240	6.596	2.410	84	115	10.445	53.766

TOTAL GERAL PONDERADO							
Categoria	Percentual de votos						Total de eleitores
	Chapa 10	Chapa 20	Chapa 30	Branco	Nulos	Total	
Docentes	22,830%	17,484%	32,393%	1,054%	1,815%	75,576%	4078
Técnicos-administrativos	11,822%	17,778%	18,804%	0,496%	1,884%	50,637%	8865
Estudantes	2,306%	12,268%	4,482%	0,156%	0,214%	19,427%	53.766
Soma	12,319%	15,843%	18,560%	0,569%	1,304%	48,547%	22.236

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A culpa é das estrelas

Projeto que põe Brasil na linha de frente de pesquisa astronômica sofre pressão de conservadores

Tramitação no Congresso chega a quatro anos

Filipe Galvão
Estagiário e Redação

Os desertos de sal chilenos, o maior olho do mundo vasculhará a origem do Universo, seus limites e cores. Com o diâmetro de um prédio de dez andares, o telescópio só depende da aprovação no Senado brasileiro para ser construído.

O ESO, sigla em inglês de Observatório Europeu do Sul, é uma organização intergovernamental que abrigará o Brasil como membro e co-proprietário de toda sua rede de telescópios, desde que o país financie a maior parte da construção do imenso equipamento em Atacama, norte do Chile. Ao custo de 1 bilhão de euros, dos quais cerca de um terço (aproximadamente R\$ 945 milhões) será financiado pelo Brasil até 2021, o E-ELT – Telescópio Europeu de Enorme Dimensão – é considerado prioridade para cientistas da área.

O tamanho e complexidade da obra trarão avanços não só na Astronomia, mas na Física, Engenharia, Química, Biologia. Os ganhos também estarão nos possíveis desdobramentos em ótica, medicina, informática e tecnologia de informação.

A lente de 30 metros, tão colossal que poderia sucumbir ao próprio peso, é mais modesta que o plano inicial, de 100 metros. Ainda assim, será uma obra de arte da engenharia. “O vidro é líquido, a gravidade



Fotos: Filipe Galvão - 15/04/2015

Passado e futuro. O diretor manipula o primeiro telescópio brasileiro, uma peça do museu da Unidade, enquanto aguarda participação em uma rede de observação mundial de última geração

curvaria a lente”, lembra o diretor do Observatório do Valongo, Helio Jaques. Para viabilizar o projeto, o cristal foi segmentado em pequenos hexágonos apoiados em um chassi articulado que calcula e minimiza a distorção da luz que captura.

O projeto rodou 17 vezes entre gavetas e mesas de votação do Congresso por quatro anos, obstruído pela comissão de finanças da casa. Só foi aprovado em março desse ano em um desses pacotões que a atual presidência da Câmara cria para aprovar tudo e qualquer coisa.

Agora, vai ao Senado: “Os colegas da sociedade astronômica acham que a discussão vai ser menos complicada no Senado, mas o projeto caiu na mão de um conservador do sul”, conta Helio em referência a Lasier Martins (PDT-RS).

Falta de diálogo irrita diretor do Observatório do Valongo

Moção da Unidade, enviada ao Congresso, voltou sem ser lida

O investimento na construção da E-ELT é relativamente baixo. Apesar disso, os deputados reclamaram do uso “irresponsável” dos recursos públicos, como esbravejou o líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE).

Quando o deputado Fábio Garcia (PSB-MT) disse que “as estrelas que precisam ser estudadas são o povo do Mato Grosso” e que o “governo brasileiro se preocupava muito com pesquisa e pouco com ensino”, Helio Jaques achou demais. Juntou-se aos professores do observatório e escreveu uma moção de apoio à aprovação do projeto. Encaminhou o

texto para o e-mail de todos os deputados e uma carta à Mesa Diretora da Câmara. A carta foi cuidadosamente devolvida ao remetente, com rabiscos a lápis e caneta: “Recusado, não recebido na presidência”.

A assessoria de imprensa do presidente da Câmara dos Deputados não soube informar o motivo da recusa: “Como é o nome? UFRJ? Não, não sei de nada”.

O diretor do Observatório do Valongo se disse magoado: “Se pelo menos a carta tivesse voltado aberta, mas nem isso”. Hélio reclamou na Ouvidoria da Câmara e já pediu assistência na Ouvidoria da UFRJ, onde foi aconselhado a procurar a Ouvidoria dos Correios. O desrespeito da Câmara com aquela que até hoje foi a única escola que graduou astrônomos no Brasil parece um sinal do eclipse da inteligência no país.

Eduardo Cunha pode jul-

O E-ELT – Telescópio Europeu de Enorme Dimensão — custaria R\$ 945 milhões ao Brasil



O diretor Helio Jaques e a carta devolvida

gar a universidade pública como uma estrela apagada e sem importância. Se não começar a estudar bem os céus, pode receber um meteoro no colo. Talvez um telescópio do tamanho de um trem ajude a curar a cegueira de alguns parlamentares.

Alojamento: entrega do bloco feminino é adiada de novo

Previsão de fim da obra passou de dezembro de 2014 para abril deste ano e, agora, para o segundo semestre

Problema da superlotação aumenta

Samantha Su
Estagiária e Redação

O bloco feminino da residência estudantil está em reforma desde março do ano passado e a conclusão da obra estava prevista para dezembro de 2014. Em reunião do Conselho de Ensino e Graduação (CEG) de novembro último, o ex-superintendente de políticas estudantis Ericksson Rocha comunicou o adiamento para março ou abril de 2015, no que chamava de “perspectiva pessimista”. Agora, mais uma vez, as obras do bloco feminino serão atrasadas: “O Escritório Técnico (ETU), responsável pela fiscalização da obra, tem uma previsão de entrega para o segundo semestre deste ano”, afirma o novo superintendente, Helio de Mattos. A justificativa seria a falta de equipamentos para o sistema elétrico do bloco.

Enquanto isso, a situação dos alunos não oficiais que ocupam hoje o alojamento está sendo negociada na transição para o novo bloco. A Comissão de Acompanhamento da Residência Estudantil, criada pelo Conselho Universitário e presidida pelo reitor da universidade, discute a questão.

Até o momento, o paliativo encontrado foi um cadastramento no edital de concessão



Em quartos projetados para apenas uma pessoa, a realidade é outra: há relatos de alguns com seis alunos

de bolsa-auxílio moradia da Divisão de Assistência Estudantil (DAE) para atestar as condições socioeconômicas e a matrícula ativa de todos os residentes não oficiais da casa. A partir do cumprimento dos pré-requisitos, ainda que não autorizados formalmente pelo funil estreito do processo, todos os ocupantes seriam transferidos para o prédio reformado. A única condição é que os estudantes não oficiais dividiriam quartos entre si. Vale lembrar: os estu-

dantes que receberam bolsa-aluguel emergencial no valor de R\$ 1,2 mil, no último ano, vão retornar ao imóvel.

Em quartos projetados para uma pessoa, dois agregados irão dividir o espaço. Para os alunos, caso o número de residentes não oficiais exceda a divisão de duas pessoas por quarto, a Assembleia do Alojamento poderia pedir a colaboração dos estudantes oficiais para abrigar mais colegas, como já é feito atualmente no módulo masculino.

Além de ratos, pombos e cupins nos módulos



Seis alunos onde deveria morar apenas um

O bloco masculino hoje funciona com superlotação devido à disparidade entre a quantidade de ingressantes cotistas e/ou de outras regiões e o número de bolsas-auxílio e vagas na moradia. Há relatos de quartos, projetados para apenas uma pessoa, com seis alojados. As ocupações são comunicadas em assembleia estudantil da residência, toda terça-feira, e cadastradas na administração da casa. Os estudantes se voluntariam a dividir o espaço, onde mal cabe uma cama de solteiro e um armário, com quem chega sem condições de permanência na universidade.

“Não é do nosso interesse que qualquer um venha à residência. A gente sabe que é de direito do estudante da UFRJ com matrícula ativa e condições socioeconômicas específicas. O problema é que são muitos estudantes nessas condições”, conta Maria Angélica, estudante de Serviço social, residente no local.

Perfil dos estudantes agregados

Diversos relatos de ocupantes atentam para a deficiência

da universidade em dar condições mínimas para que alunos de outros estados e com baixa renda possam concluir a graduação na UFRJ. Parte dos considerados “agregados” (não oficializados pela DAE) recebia a Bolsa Auxílio Permanência (BAP), direito concedido durante um ano a todo ingressante cotista no valor de R\$ 550. Porém, após esse ano, sem conseguir disputar edital para moradia ou bolsa-auxílio em ampla concorrência, acabavam desabrigados.

“Eu morava em uma república na Vila Residencial. Pouquíssimos lugares lá são razoáveis, quase todos lotados e os donos das casas costumavam acordar um valor único para o aluguel. Eu pagava R\$ 350 reais e só recebia a BAP de R\$ 550, tinha R\$ 200 para sobreviver. Acabou o ano e eu não tinha para onde ir, vim parar aqui no alojamento com um colchão inflável de solteiro para dividir por duas pessoas. Hoje eu durmo em um sofá num quarto dividido entre três”, conta Hércules da Silva, oriundo de Minas Gerais e estudante de Química Industrial na UFRJ.

Alunos denunciam infestação de ratos no local

Não bastassem os habituais problemas do alojamento, os alunos agora denunciam a infestação de ratos. E não é no entorno das instalações (o que já seria grave). Os roedores estão entrando nos quartos.

De acordo com o Superintendente Geral de Políticas Estudantis, Helio de Mattos, “há mais de dez anos” é feita a desratização no local, duas vezes ao mês, pela Prefeitura Universitária. Ele alega, porém, que as obras de reforma do bloco feminino podem ter contribuído para uma maior incidência da praga, nos últimos meses — os montes de entulho favoreceriam a proliferação dos animais. Para Helio, “o ideal te-

ria sido a saída de todos os moradores ao mesmo tempo para a reforma dos dois blocos”.

Ainda assim, quem reside lá afirma que nem todos os quartos foram visitados para a desratização durante o mês de março: “Vieram ao meu módulo colocar veneno mês passado, mas, nos quartos de outras pessoas que apresentaram problemas com ratos, nada foi feito. A administração nos diz que é feita a desratização, mas o problema não é solucionado e não há outra resposta”, explicou Maria Angélica, estudante de Serviço Social.

Os estudantes alegam que os ratos sempre foram um problema. Mas que ganhou em inten-

sidade a ponto de os animais chegarem aos quartos dos alojados. Em um dos módulos, após a entrada de quatro deles, os alunos resolveram arcar com os gastos de ratoeiras e telas para cobrir fissuras. O prédio, com diversos buracos em sua estrutura por conta da falta de reparos, conta ainda com um vão na área de serviço de todos os módulos. Essa abertura, além de grande parte do teto dos banheiros, sem forro, são locais por onde os ratos estariam entrando, segundo os moradores.

A coleta seletiva no exterior da residência é feita pela Comlurb diariamente, porém o lugar indicado para que sejam despejados os detritos fica no



Problema dos ratos ganhou intensidade nos últimos meses

interior do prédio. E, de acordo com os alunos, vive cheio. Por sua vez, a direção da residência

promove campanha de conscientização sobre o tratamento adequado do lixo individual.

CA garante representantes na Congregação da EEFD

Mais de seis meses após eleição, Centro Acadêmico — não reconhecido pelo diretor da Escola de Educação Física e Desportos — só conseguiu direito a voz e voto no fórum deliberativo da unidade após mediação do reitor

Legitimação ocorreu em reunião do dia 9 de abril

Samantha Su
Estagiária e Redação

Após vários meses de luta, os representantes do Centro Acadêmico de Educação Física e Desportos (CAEFD) finalmente conseguiram algo que é até trivial para seus colegas de outros cursos:

direito a voz e voto na Congregação local. O motivo para a longa espera reside em uma acirrada divergência política com o diretor daquela Unidade, professor Leandro Nogueira.

Em setembro de 2014, a chapa “Quem vem com tudo não cansa”, claramente de oposição à atual diretoria da Escola, venceu as eleições para o CAEFD, com mais de cem votos de diferença para a concorrente, que aceitou o resultado. Porém, a posse na Congregação foi impedida pelo profes-

sor Leandro sob o argumento de irregularidade no processo: a Comissão Eleitoral teria contado com alunos formados e da pós-graduação (o que estava acordado entre as duas partes em disputa).

Nem mesmo uma resolução (nº 05/2014) do Consuni, justamente provocada pela situação na EEFD, mudou a opinião do diretor. O texto, de maio de 2014, reafirma “a prerrogativa das entidades representativas dos estudantes na organização do processo de escolha dos re-

presentantes discentes nos colegiados da UFRJ”.

Os três assentos destinados aos alunos no fórum deliberativo da Escola de Educação Física e Desportos foram garantidos após mediação do reitor Carlos Levi — o que só ocorreu após muita insistência do CA, inclusive com o apoio da Adufrj-SSind. No último dia 9, ele presidiu a Congregação da unidade. Um dos atuais representantes discentes, Pedro Santos, relatou o episódio à reportagem do **Jornal da Adu-**

frj: “A congregação se arrastou por duas horas. O Leandro tentou intimidar, dizendo que a congregação ficaria fora da lei, ilegítima, ferindo as regras da democracia e lesando o órgão público. Mas o Levi explicou que os pares escolheram seus representantes, que a eleição foi correta, que a universidade como um todo acompanhou (o processo eleitoral)”, afirmou. O direito à representação acabou legitimado pela congregação, com seis votos a favor e oito abstenções.

UNIVERSIDADES

Lutar não é crime: estudantes da Unesp articulam rede de apoio para impedir expulsão

Recurso será julgado em 7 de maio

Samantha Su
Estagiária e Redação

Conforme já anunciado na edição nº 880 do **Jornal da Adufrj**, dezessete alunos estão ameaçados de expulsão da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista. De acordo com a instituição, teriam cometido infrações disciplinares previstas no regimento interno (diga-se, de passagem: da época da ditadura militar). Mas, para diversas entidades sindicais e estudantis mobilizadas para o assunto, eles sofrem perseguição política por terem participado ativamente de manifestações pela melhoria das condições de assistência ao corpo discente da Unesp.

Agora, a penalidade da expulsão será reavaliada em uma reunião do Conselho Universitário de 7 de maio (antes, o assunto seria discutido em uma sessão de 24 de abril). Até lá, está resguardado o direito de matrícula e os alunos poderão continuar a assistir às aulas.

Contexto da ocupação

Segundo nota do movimento estudantil da Unesp, em 2013,

houve uma significativa diminuição no número de bolsas de auxílio ao estudante (BAAE) que provocou a mobilização, inclusive, de outros campi da universidade. No início de 2014, 38 alunos perderam o benefício de assistência à moradia por, segundo a reitoria, não atenderem aos critérios do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE). Foi neste contexto, sem conseguir diálogo com a direção da faculdade e a reitoria da universidade, que os alunos decidiram ocupar o gabinete da administração daquela unidade como forma de chamar atenção da opinião pública para os seus problemas.

Mobilização pela revogação das expulsões

Em busca da revogação das expulsões no Conselho Universitário, foi criada uma rede de apoio que supera, inclusive, os muros da Unesp: “Se não houver mobilização, podemos ser derrotados. E a nossa perspectiva é construir pela base um contra-ataque à repressão para não nos calarmos frente às injustiças. Sabemos que lutar não é crime e iremos até o fim para barrar a mão de ferro dos governos e dos patrões, que devem pagar pela crise que eles mesmos programaram,” conta o estudante Felipe Johnson, um dos 17 ameaçados de expulsão.



Ato dos estudantes em frente à reitoria da Unesp, em dezembro de 2014, contra a repressão

Histórico

Em 29 de maio do ano passado, 14 dos alunos ameaçados de expulsão estiveram em uma ocupação da diretoria da faculdade (os outros três são dirigentes do movimento estudantil), que durou menos de um mês. Em 20 de junho, após pedido de reintegração de posse feita pela direção do campus onde fica a faculdade, um desproporcional efetivo de 150 policiais retirou à força os

poucos alunos do local.

Alguns meses depois, foi iniciado um processo administrativo que chegou à polêmica punição, publicada em Diário Oficial do estado, no fim de janeiro último. Contudo, os estudantes, apoiados pela Associação de Docentes da Unesp (Adunesp), entraram com recurso junto à reitoria e conseguiram um “efeito suspensivo”. Até a sessão de 7 de maio.

Situação da Assistência Estudantil permanece grave

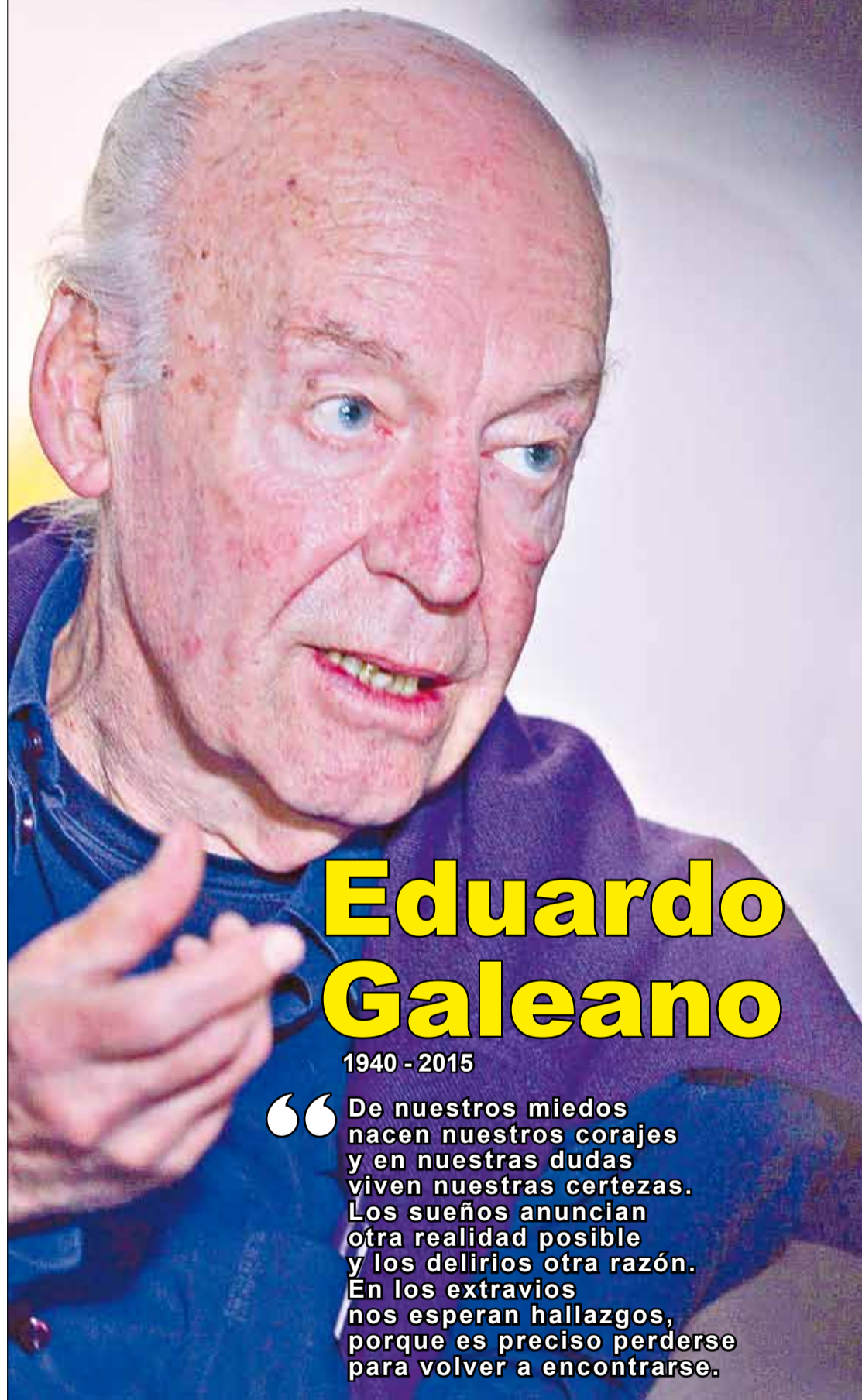
Hoje, mesmo após a ocupação, o Restaurante Universitário está fechado para reformas de ampliação e só será reaberto em 2016. A moradia estudantil também não sofreu melhoras e ainda não há vagas suficientes para a demanda.

Johnson diz ainda que a repressão ao movimento estudantil continua: “O campus está preenchido de novas câmeras de segurança. A vigilância foi reforçada principalmente nos nossos locais de assembleia”, critica.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil - 11/04/2014

IMAGEM DA SEMANA



Eduardo Galeano

1940 - 2015

“ De nuestros miedos
nacen nuestros corajes
y en nuestras dudas
viven nuestras certezas.
Los sueños anuncian
otra realidad posible
y los delirios otra razón.
En los extravíos
nos esperan hallazgos,
porque es preciso perderse
para volver a encontrarse.

Certa vez, ainda em 2011, um repórter da extinta revista *Versus*, da UFRJ, entrou em contato via e-mail com Eduardo Galeano. Pedia uma entrevista para marcar os 40 anos do lançamento do livro “As veias abertas da América Latina”, obra seminal do escritor uruguaio. O assunto caía como uma luva para a publicação – de olhos voltados para os conflitos e esperanças do continente latino-americano. No entanto, Galeano rechaçou a proposta com um certo mau humor. Disse que já tinha falado tudo sobre o livro, e que não daria a entrevista.

O fato é que, já há alguns anos, Eduardo Galeano vinha expondo suas restrições sobre dar entrevistas relacionadas à sua obra mais conhecida. De certa forma, a atitude do escritor chegou a ser festejada pela direita intelectual mais obscura, que viu nisso uma espécie de rejeição ao que tinha escrito em 1971.

Mas a história é outra. Na semana passada, um dia depois da morte do escritor, na segunda-feira 13 de abril, o jornalista e escritor Eric Nepomuceno dava uma explicação para a resistência de Galeano em falar sobre sua obra-prima. “(...) acontece com todo autor que acaba conhecido por uma obra só. Gabo (Gabriel Garcia Marquez) tinha isso com ‘Cem anos de solidão’. É como se você tivesse cinco filhos e as pessoas só falassem de um”, compara.

Além de tradutor das obras do escritor uruguaio, Eric era amigo de Galeano há mais de 40 anos. Ele considera “Veias” obra essencial, fundadora de uma visão de mundo. Mas lembra que o livro foi escrito no calor das trincheiras na década de 1970, quando Galeano tinha 31 anos. Do ponto de vista literário, Eric considera a trilogia “Memórias do fogo” e “O Livro dos Abraços” como superiores. “Galeano vai ouvindo de tudo. O que de melhor ouviu ele transforma em livros como este, onde lembra como são grandes os pequenos momentos e como eles vão se abraçando, traçando a vida” diz o tradutor de o “O Livro dos Abraços”.

“Futebol ao Sol e à Sombra”, “Dias e Noites de Amor e de Guerra” (prêmio Casa das Américas de 1978) e “Os filhos dos dias”, entre outros, compõem a vasta obra do escritor.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

América do Sul ainda em dívida com direitos humanos

Apenas o caso argentino é considerado avançado, tanto na reconstituição histórica, quanto nas reparações

Debate ocorreu em 1º de abril

Elisa Monteiro

Enviada especial a Porto Alegre (RS)

No segundo dia (1º de abril) do Seminário Nacional da Comissão da Verdade do Andes-SN (já parcialmente noticiado em edição anterior do *Jornal da Adufrj*), a mesa da tarde traçou uma comparação entre as trajetórias da luta por memória, verdade e justiça na América do Sul. Em ritmos próprios, militantes dos direitos humanos de Argentina, Uruguai e Chile viveram uma onda de otimismo quanto à apuração dos crimes de Estado, na retomada de regimes democráticos. No entanto, também foram frustrados pela pressão política de setores que se mantiveram na estrutura de comando dos países.

Muita mobilização, aos poucos, rompeu com o silêncio e a negação de responsabilidades. Mas, no momento em que os governos ditos de esquerda chegaram ao poder, nova frustração: a jornada pela memória, verdade e justiça não deu o salto de qualidade imaginado.

O caso argentino é considerado o mais avançado, tanto no terreno da reconstituição histórica, quanto das reparações. O professor Pablo Pozzi, que falava sobre esta situação, ficou impossibilitado de comparecer ao evento em função de atividades de greve na Universidade de Buenos Aires. Ele foi substituído por Enrique Serra Padrós (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Padrós explicou que, “diferentemente do que houve no Brasil, na Argentina, a luta por direitos humanos se transformou em movimentos sociais”. O exemplo mais conhecido é o das “Mães” e “Avós” da Praça de Maio. Segundo ele, contudo, nos últimos anos estaria ocorrendo um processo de “despolitização das vítimas”, apagando a história dos militantes de esquerda (de origens principalmente peronistas e trotskistas). Em seu lugar, estaria sendo utilizada a imagem das crianças, “para angariar mais simpatia à causa”. “Como se, por terem participado de uma vida política, fossem menos vítimas ou tivessem mais culpa pela violência sofrida”, criticou. Padrós avaliou que “o apagamento simbólico” de tudo que aquela geração, extirpada



De acordo com Enrique Padrós, professor da UFRGS, integrantes de movimentos como o das Avós da Praça de Maio, na Argentina, estariam sofrendo de um “apagamento simbólico”

pelo golpe, sonhou e representou, “é tão danoso quanto seu apagamento físico”.

Uruguai

Fabiana Larrobla, pesquisadora da Universidade da República do Uruguai, descreveu que por anos prevaleceu o “nada a declarar” dos militares uruguaios. Na transição democrática, explica ela, muitos quadros foram mantidos na estrutura de poder. Depois de uma década de “marchas de silêncio”, nos anos 1990, em 2004, pela primeira vez, um presidente do país reconheceu a responsabilidade do Estado por 178 pessoas “que tiveram res-

tos enterrados, desenterrados, incinerados e jogados ao mar”. A reconstituição foi conseguida graças a testemunhos.

“É um quebra-cabeça que estamos montando aos poucos”, contou. “Há uma pressão por um ponto final nos trabalhos das comissões (de investigação sobre violações de direitos humanos) sobre o tema. Mas justiça é algo que não se pode dar ponto final. As pesquisas dos últimos anos nos deram uma noção mais ampla dos atingidos pela ditadura”. Os desaparecimentos forçados entre 1968 e 1985 são um exemplo; entre 2011 e 2014, o número de casos identificados pela Comissão Pela Paz (como é

Elisa Monteiro - 01/04/2015



Da esq. para a dir.: Fabiana Larrobla, Enrique Padrós, Verónica Valdivia e o mediador da mesa, Elidio Borges (UFRJ)

chamada no Uruguai) subiu de 182 para 192.

A internacionalização da repressão foi outra “peça” que ampliou a noção sobre as ditaduras no continente. “A partir de um determinado momento, ficou impossível restringir as investigações às fronteiras de um desaparecido do Paraguai que era assassinado na Argentina depois de ter passado pelo Chile”, observou.

Para Larrobla, a chegada de governos de esquerda ao poder não correspondeu às expectativas de apoio à luta por Memória, Verdade e Justiça, “Achávamos que tínhamos uma compreensão comum sobre essa necessidade, mas não foi assim”, avaliou.

Chile

No Chile, o caminho “pela Justiça” foi a responsabilização individual dos casos. Atualmente, 800 agentes do Estado (do período ditatorial) respondem a processos. “Foi a forma encontrada que permitiu a condenação a 300 anos de prisão do general Manuel Contreras (ex-chefe da Dina, a polícia secreta do Chile durante o governo militar do general Augusto Pinochet)”, explicou Verónica Valdivia, historiadora da Universidade Diego Portales. A ausência de arquivos, destruídos pelo Estado é outro desafio: “A partir de 1950, não há documentação nos arquivos oficiais”. A alternativa para reconstrução histórica foram os depoimentos

Resultado

O Seminário Nacional da Comissão da Verdade do Andes-SN foi o ponto culminante de uma série de eventos regionais, em todo o país, organizados pelo Sindicato Nacional, para dar conta do debate sobre a necessidade de resgatar fatos e efeitos relacionados ao período ditatorial junto à universidade, mas também a relação desses com outros segmentos da sociedade. As discussões ocorridas serão sistematizadas em um Caderno Especial do Andes-SN, a ser lançado no 60º Conad, em Vitória (ES). Esse documento será considerado referência do Sindicato Nacional na luta pela restauração da memória histórica. (Fonte: Andes-SN)

e acervo da imprensa.

Valdivia conta que, às vésperas da redemocratização do regime, 40% da população não tinham consciência de crimes do Estado. “No Chile, dizia-se que não havia ditadura, havia uma guerra civil. E, numa guerra civil, sempre há mortes”. A pesquisadora chama atenção para a divisão da sociedade: “É importante colocar que se tratava de uma sociedade fracionada. Quando se produz o golpe, metade do país era partidária do projeto capitalista expresso, depois, por Pinochet. E durante o regime, o apoio aos militares cresceu substancialmente, consolidando uma hegemonia para o laboratório neoliberal que se tornou o Chile”.

Na avaliação de Valdivia, “abrir mão da disputa por uma nova cultura” pós-democratização foi o “pior pecado” do governo de coalizão chileno. “Vemos uma geração que cresceu em ambiente de individualismo, mais preocupada com consumo do que com sua história”.

“Os professores tinham medo de discutir o período recente em sala de aula. Apenas em 2006, com uma reforma curricular, o conteúdo foi inserido”, afirmou a palestrante. Os frutos, para Verónica, puderam ser observados nas mobilizações estudantis a partir de 2011. Os “pinguins” (assim chamados pelas cores dos uniformes secundaristas) encabeçaram massivas jornadas pela reversão da privatização do sistema de ensino.